

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL COMO HORIZONTE DE DISSEMINAÇÃO DE SABERES HISTÓRICOS: UMA FRENTE DE CONSTRUÇÃO DE DIÁLOGOS RUMO A UMA HISTÓRIA PÚBLICA DIGITAL

MARCIEL, Cassiana Sare¹

VAZ, Felipe Adrian²

MOTELEWSKI, Heloísa³

BRUEL, Letícia Barreto Assad⁴

ZIMKOVICZ, Rafaela⁵

RESUMO: Este trabalho aborda algumas atividades do PET História UFPR do ano de 2020, realizadas no formato online devido à pandemia de COVID-19: Ciclos de Palestras, Oficinas de Ensino de História e um minicurso de História Econômica. A partir de revisão bibliográfica da História Pública e dos objetivos que regem o PET, desenvolvemos a análise dessas experiências — baseada nos relatórios anuais do grupo e nos relatos dos envolvidos —, visando à proposição e à reflexão sobre as possibilidades de construção de uma história pública digital em meio a um contexto dominado pela tecnologia, especialmente após o início da pandemia. Por meio de uma avaliação concatenada desses pontos, identificamos os pilares da “educação tutorial” e as finalidades de engajamento para transformação social previstas no Manual de Orientações Básicas (2014) como catalisadores de renovações de iniciativas de ensino, pesquisa e extensão discutidas no âmbito da História, reafirmando a relevância do Programa para o campo nacional das práticas em Ciências Humanas.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Educação Tutorial; História Pública; ferramentas digitais; ensino de História; causas sociais.

THE TUTORIAL EDUCATION PROGRAM AS A HORIZON FOR THE DISSEMINATION OF HISTORICAL KNOWLEDGE: A FRONT FOR THE

¹ Integrante do grupo PET História/UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: cassiana.maciел@gmail.com

² Integrante do grupo PET História/UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: felipe.adrian.vaz@gmail.com

³ Integrante do grupo PET História/UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: heloisamotelewski@gmail.com

⁴ Integrante do grupo PET História/UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: lebruel@gmail.com

⁵ Integrante do grupo PET História/UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: rzimk@hotmail.com

CONSTRUCTION OF DIALOGUES TOWARDS A DIGITAL PUBLIC HISTORY

ABSTRACT: This work addresses some activities of PET History UFPR in the year 2020, carried out in the online format due to the COVID-19 pandemic: Lecture Cycles, History Teaching Workshops and a webinar on Economic History. Based on a bibliographic review of Public History papers and the objectives that govern the Tutorial Education Program, we developed the analysis of these experiences — grounded on the group annual reports and the statements of those involved —, aiming to propose and reflect on the possibilities of building a digital public history amid a technology-dominated context, especially considering the social isolation measures adopted after the pandemic. Through a conjoined evaluation of those points, we identified the “tutorial education” pillars and the engagement for social transformation purposes provided for in the Basic Guidelines Manual (2014) as catalysts for renewals of teaching, research and extension initiatives discussed under the scope of History, which reaffirms the relevance of the Program for the national field of Human Sciences practices.

KEY-WORDS: Tutorial Education Program; Public History; digital tools; History teaching; social issues.

INTRODUÇÃO

O Programa de Educação Tutorial (PET), cujas bases remontam ao Programa Especial de Treinamento (1979), passou por algumas significativas alterações a partir de 2004, momento em que se determinou sua atual nomenclatura. No ano seguinte, o Programa recebeu caráter legal pela regência da lei 11.180 de 23 de setembro de 2005 (BRASIL, 2005), na qual foi atrelado ao Ministério da Educação pelo artigo 12. A partir de então, a formulação de seus objetivos passou a centrar-se no fomento à criação de grupos destinados à prática da educação tutorial. Entretanto, desde a referida data, suas atividades estenderam-se, também, às ações de ensino, de pesquisa e de extensão, as quais se tornaram as orientações basilares para

as propostas oferecidas pelo Programa. Assim, observando a expansão que se deu com a criação de inúmeros grupos em todo o Brasil, alcançando, hoje, a cifra de 842 equipes (BRASIL, 2021), visualiza-se como os grupos PET se consolidaram enquanto contribuintes à formação acadêmica universitária e, de igual modo, à formação cidadã individual, acompanhando os pressupostos estabelecidos pelo Manual de Orientações Básicas (2014):

O Programa é composto por grupos tutoriais de aprendizagem e busca propiciar aos estudantes, sob orientação de um professor tutor, condições para a realização de atividades que complementem a formação acadêmica, procurando atender plenamente às necessidades da graduação e ampliar, diversificar e aprofundar os percursos acadêmicos envolvidos direta ou indiretamente com o programa. Espera-se, assim, proporcionar a melhoria da qualidade acadêmica da graduação (BRASIL, 2014, não p.).

Intencionando, então, promover a melhora na qualificação da formação acadêmica nas graduações de todo o país, os objetivos estabelecidos para os grupos apoiaram-se, sobretudo, em atividades educativas tutoriais, na formação profissional, no fomento da criticidade, na expansão das práticas pedagógicas e na inserção de políticas de diversidade das Instituições de Ensino Superior, assim como no desenvolvimento das atividades acadêmicas em excelência e na contribuição para a trajetória formativa individual de seus membros e tutores (BRASIL, 2010). É interessante observar como os estudantes do Programa ampliaram as noções sobre tais propostas de atuação, como se evidencia na seguinte elaboração de uma concepção prática sobre suas contribuições:

Esse conceito prático de PET é formado por ideias como: fortalecimento do curso de graduação onde o grupo está inserido; impedimento da especialização prematura do acadêmico; formação de uma comunidade acadêmica crítica, ativa e mobilizada; incentivo contra a evasão de acadêmicos, tendo em vista a melhoria na qualidade de ensino; estímulo às relações interpessoais; formação de acadêmicos com noção de maturidade profissional; articulação entre teoria e prática; preparo dos acadêmicos para uma prática social transformadora; espaço de aperfeiçoamento, oportunidades e realizações, entre outros [...] (DREBES et al., 2012, pp. 2338-2339).

Dessarte, torna-se possível ponderar, em extrapolação ao aqui já exposto, sobre outro fator presente nas ações promovidas pelos grupos. Reside ele, essencialmente, no estabelecimento de relações entre as atividades planejadas pelos Programas e outros grupos, acadêmicos ou não, permitindo uma mais ampla integração entre a Universidade e a sociedade. A partir da extensão, aliada aos demais objetivos e contribuições acima explicitados, percebe-se como a vocação política e a vocação científica das universidades, segundo os termos de Chauí (2001), unem-se pelos preceitos que regem a atuação dos membros e tutores do Programa. Afinal, estes aderem-se, de certo modo, às propostas da autora ao promoverem a ampliação de sua atuação na extensão universitária, assim como as expandem através da divulgação de suas produções e de sua inserção nos âmbitos científicos de pesquisa e docência.

Por conseguinte, seguindo esses pressupostos, pretendemos analisar neste artigo as atividades realizadas ao longo do ano de 2020 pelo grupo PET História UFPR. Remotas em sua realização — com exceção da Semana do Calouro, que, executada no mundo pré-pandêmico, permitiu a integração entre o Programa e a Graduação, seguindo os objetivos do artigo 1.3.4 do Manual de Orientações Básicas (BRASIL, 2014), e veiculou, ainda, meios de divulgação e incentivo à participação no grupo — foram constatadas, em seu decorrer, as necessidades de enfrentamento de alguns desafios e dificuldades inerentes à sua execução. Mesmo com as problemáticas de inserção das atividades planejadas em ambiente remoto, o que será mais bem compreendido nas análises a seguir, puderam ser constatadas, igualmente, aparições de condições proveitosas.

Dentre elas, notamos, em certa medida, uma maior difusão daquelas propostas possíveis de serem consolidadas nos meios online, o que permitiu, em consequência, o alcance de um público participativo maior e mais diverso. Diante desse cenário, foi possível, pois, o estabelecimento de uma associação com as noções de História Pública. Isso porque, por algumas de suas definições, teríamos as suas bases sobre a publicização e a divulgação do conhecimento histórico, pautando-as pela produção interativa e sobre o reconhecimento das necessidades de se questionar as apropriações

exclusivas e dominantes sobre as narrativas do passado (SANTHIAGO, 2018, p. 288) — aspectos que foram, também, alguns dos resultados atingidos pelas ações remotas do PET História UFPR.

Desse modo, avançaremos para uma análise de alguns dos projetos desenvolvidos ao longo de 2020, tais como os Ciclos de Palestras, as Oficinas SESI e o Minicurso de Economia, pensando-os, nomeadamente, sob tais pressupostos de uma História Pública, e empreendendo um estudo sobre seus desafios, superações e desfechos. Por esse modo, pode-se pensar em que medida as ações planejadas remotamente pelo grupo PET História UFPR contribuiriam não apenas para a difusão dessa modalidade de atuação historiográfica, mas também, retomando as assertivas de Chauí (2001), para a integração entre as vocações política e acadêmica universitárias.

CICLOS DE PALESTRA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES ÀS POTENCIALIDADES DA HISTÓRIA PÚBLICA

Em maio de 2020, protestos massivos ocorreram em repúdio ao assassinato por sufocamento de George Floyd — homem negro de meia idade, morto em Minneapolis (Minnesota, EUA) — denunciando a brutalidade policial regularmente praticada contra a população afro-americana. As manifestações foram majoritariamente organizadas pela entidade cujo nome correspondia também ao lema gritado contra as forças policiais, o *Black Lives Matter*, formado em 2013 pelas ativistas Patrisse Cullors, Alicia Garza e Opal Tometi (MELLO, 2020, não p.). No mesmo mês, o Brasil vivenciou situações de semelhante grau de escancaramento da necropolítica racista — João Pedro Motta, de 14 anos, foi morto por rajadas de armamento pesado da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Ocorreram, então, ondas de protestos em diferentes capitais do país, acompanhadas de comentários acerca de uma suposta passividade dos negros brasileiros. Entre os discentes dos cursos de História da UFPR, passou-se a reverberar a necessidade de trazer, ao centro de espaços expositivos, os históricos de mobilização negra, mas também de continuidade de violações de premissas básicas à vida pelo Estado. O PET, tendo realizado evento anterior já na modalidade virtual, foi apontado como possível mecanismo para possibilitar a realização de mesas de discussão que

tratassem de tais temas. Primando pelo equilíbrio entre as finalidades de ensino, pesquisa e extensão, optou-se por destinar três dias ao evento, sendo um deles voltado à pauta de educação antirracista. Nos outros dois, foram desenvolvidas falas resultantes de investigações recentes, que, embasadas em uma série de obras bibliográficas, produções fílmicas e musicais, contribuíram com a esfera de ensino no sentido de amplificar os repertórios de docentes da Educação Básica com materiais a serem explorados em sala de aula, bem como forneceram itinerários de formação histórica crítica aos públicos não acadêmicos presentes entre a audiência. Naquele momento, as redes sociais se mostravam ferramentas fundamentais para que pudessemos reestruturar a realização de atividades. Assim, elas foram utilizadas para solicitar divulgações de outros grupos PET e páginas da área de História, gerando um fluxo de 387 inscritos no evento, intitulado “Ciclo de Palestras Pensando Questões Raciais — Resistências Negras e Educação Antirracista” e transmitido de forma aberta no canal de *YouTube* do PET História UFPR. Tal métrica, expressivamente superior às médias de cerca de 40 pessoas registradas nos eventos presenciais, significou a plena realização do viés extensionista do Programa, com o estabelecimento de um vínculo com alargados círculos da comunidade externa (MOB, 2014, não p.), o qual se mostrou duradouro pela recorrência de inscrições das mesmas pessoas nos formulários de registro de presença dos eventos subsequentes.

A abertura da série de palestras ocorreu em 17 de junho, com fala de Mariléa de Almeida, doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas. Tendo composto tese acerca das vivências de mulheres quilombolas na cidade do Rio de Janeiro, abordou algumas das trajetórias de vida de suas entrevistadas para a pesquisa, vinculando-as a discussões acerca da produção de saberes periféricos, da necessidade de se valorizar, no campo da História, as narrativas de oralidade e de compreender as epistemologias canônicas do Ocidente como reforçadoras do sistema de branquitude. Assistida ao vivo por cerca de 200 pessoas, a *live* simbolizou um primeiro passo de ingresso na dimensão da História Pública, caracterizada por aspecto de divulgação científica, mas não restrita a ele. As historiadoras Marta Rovai e Juniele Almeida (2013) assinalam que essa área foi em parte

fruto dos esforços de fundação de uma “história vista de baixo” que, pensada em países como a Inglaterra dos anos 1970, voltava-se à recentralização de projetos, representações e objetos que dissessem respeito a experiências coletivas, as quais sensibilizavam as camadas populares para que se aproximassem da disciplina de História, sendo contempladas por políticas de memória pública e pelo senso de criticidade a injustiças do passado que afetaram certos grupos. As mulheres quilombolas, historicamente negligenciadas nas narrativas nacionais, ao assumirem protagonismo pelas articulações da pesquisadora, sob mediação de integrantes do grupo, avivaram uma coletivização dos envolvimento com passado histórico, acenando, ainda, em direção à ênfase de necessidade de pluralização epistemológica, pelo reconhecimento da legitimidade de saberes não tradicionais. Construído em conjunto com outros estudantes de graduação, tal processo repercutiu em uma efetivação combinada de afirmação de compromisso epistemológico no interior do Programa e de seu uso para melhoria das bases acadêmicas e pedagógicas dos cursos a que está associado (BRASIL, 2014, não p.).

Intitulado “Práticas antirracistas e as culturas africana e afro-brasileira no campo educacional”, o segundo dia de palestras, ocorrido em 19 de junho, contou com a presença de Lucimar Rosa Dias, professora pelo Setor de Educação da UFPR, e de Flávia Rodrigues Lima da Rocha, docente de História da UFAC e doutoranda em Educação pela UFPR. Com essa mesa, objetivamos abordar principalmente o eixo do Ensino, por constituir um dos pilares do PET e pelo fato de o curso vespertino de História da UFPR ser também de licenciatura. Um dos principais pontos tematizados foi o da educação das relações étnico-raciais, inserida em um contexto mais amplo das políticas públicas que objetivam “reparações, reconhecimento e valorização da identidade, da cultura e da história dos negros” devido à escravidão e às consequências por ela acarretadas. Consistindo em repensar o modelo educacional já existente, sobretudo no que tange às relações entre brancos e negros, a educação étnico-racial é fundamental para o combate ao racismo. Sua institucionalização se deu com a Lei n.º 10.639/2003, que incluiu na LDB a obrigatoriedade do Ensino da História e da Cultura Afro-

brasileiras — outro ponto abordado nas palestras. A partir de então, ficou o desafio, para os professores, de como trabalhar com esses aspectos, pois demandam uma formação específica, muitas vezes não fornecida pelas próprias graduações, de currículos eurocêntricos.

Tendo isso em vista, promover uma fala sobre o tema, pensando em possíveis soluções tanto para contornar a falta de preparo docente quanto para garantir o cumprimento da lei, contribuiu com a formação dos graduandos e a contínua formação dos profissionais do ensino básico que assistiram à transmissão. Essa é uma das formas de o PET complementar a formação acadêmica da graduação — objetivo disposto na Minuta do Manual de Orientações Básicas do PET de 2014 — ao mesmo tempo em que atinge outros professores através da extensão. Afetar diretamente os professores que já se encontram nas salas de aula pode ser um dos meios mais eficientes para fazer com que as discussões acadêmicas integrem a formação das crianças e dos adolescentes. A pesquisa, o terceiro pilar do PET — e da universidade como um todo —, também esteve presente durante as falas: a temática do evento constitui tema pesquisado pelas duas convidadas. No caso da Prof.^a Flávia Rocha, sua apresentação — que tratou de uma análise do livro didático de História, *História, Sociedade & Cidadania*, de Alfredo Boulos Júnior, a fim de mapear e discutir conteúdos do ensino de história que possam contribuir na efetivação da Lei n.º 10.639/2003 — era fruto de pesquisa de Iniciação Científica.

Em 23 de junho, recebemos em nosso canal de *YouTube* o pesquisador Kleber Amancio, que realizou sua tese sobre o pintor Artur Timotheo da Costa — artista negro que alcançou projeção nos meios cariocas da Primeira República — e é professor na Universidade Federal do Recôncavo Baiano. Em sua fala, tematizou as representações de corpos negros no pós-abolição brasileiro, partindo da análise de elementos de desumanização em quadros elaborados durante o período colonial. Em arremate, chegou à exposição de obras de artistas negros contemporâneos que utilizam sua inserção do campo cultural para tecer denúncias às perseguições, marginalizações e silenciamentos que sofrem em decorrência da aplicação de políticas de Estado e do racismo socialmente praticado, que fazem com que

as pessoas negras tenham suas existências criminalizadas. Segundo a teórica feminista bell hooks, as visualidades performariam uma zona extremamente fértil ao cultivo de sentimento de ódios antinegros. Seja pela normatização de feições brancas através de superioridade quantitativa desproporcional do enquadramento de indivíduos caucasianos nas plataformas midiáticas e artísticas, seja pela reprodução de estigmas de animalização e de brutalidade nos poucos personagens negros retratados, os elementos imagéticos seriam perpetuadores da inviabilização dos intentos de proclamação de autonomia social de afrodescendentes (HOOKS, 2019, pp. 26-34). Entendemos, então, que a promoção de espaços como esse atende o propósito do Programa de que sejam formados profissionais imbuídos de consciência racial (BRASIL, 2014, não p.) e, simultaneamente, deixamos expressa a fundamentalidade de que tais preocupações sigam compondo suas cláusulas basilares, à medida que esse formato de deliberação institucional opera como incentivo para que grupos por vezes alheios a determinadas situações sociais sejam levados a criar meios de visibilidade a elas.

Como mencionado anteriormente, as limitações a encontros presenciais nos espaços físicos da Universidade causaram significativo aumento dos impactos desempenhados pelas redes sociais nas dinâmicas de organização do grupo. Ainda que parcerias com equipes próximas, em geral da mesma instituição, não pudessem mais ocorrer com a facilidade prévia, a eliminação de distâncias geográficas por meio do acompanhamento de projetos de outros grupos via páginas de *Instagram* e *Facebook* abriu margens para a organização de projetos entre PETs de universidades fisicamente distanciadas. Esse foi o caso do contato estabelecido entre o PET História UFPR e o PET História da África, da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA-RS). Nossa interlocução foi iniciada com mensagens entre os perfis institucionais de cada grupo no *Instagram*, em virtude do interesse mútuo por temas pesquisados. No mês de junho, foi proposta a ideia de que juntos organizássemos um evento de rememoração ao Dia Internacional das Mulheres Negras, Latinoamericanas e Caribenhas, celebrado em 25 de julho desde 1992, quando da realização do primeiro Encontro de Mulheres Negras, Latinas e Caribenhas, na capital da República Dominicana. Por mesclar grupos

de perfis distintos — o PET da instituição gaúcha consiste em um grupo interdisciplinar, voltado especificamente à promoção de ações de conscientização sobre a Lei n.º 10.639 (UNIPAMPA, não p.) — a organização do evento⁶ foi pensada de modo a equilibrar o enfoque de conversas e projetos contemporâneos — que dessem conta de expor problemáticas latentes, organizações a serem conhecidas e debates correntes de contravenção das opressões de raça, classe e gênero dirigidas contra os corpos de mulheres na América Latina — com o de exposição de pesquisas acadêmicas, as quais deveriam trazer como objeto o histórico de lutas encabeçadas por mulheres do subcontinente em contextos anteriores, a fim de propiciar a construção de reconhecimento das latino-americanas como agentes na diacronia histórica.

A mesa inaugural teve como temática central as atuações políticas de mulheres na segunda metade do século XX e início do XXI. Larissa Riberti, doutora em História pela UFRJ, comentou sobre os movimentos de resistência ao autoritarismo no México entre as décadas de 1960 e 1980. Já Gleidiane de Sousa Ferreira, doutora em História Cultural pela UFSC, pautou a questão de autonomia dentro dos feminismos latino-americanos, recuperando alguns dos debates trazidos à tona na década de 1990, momento de dispersão de empreendimentos neoliberais na região encabeçados por programas do Norte Global com interesse na instalação de organizações não governamentais nos países das Américas. Ao considerar as abordagens de História Pública sintetizadas por Rovai e Almeida (2013) — para quem tal proposta teórico-metodológica envolve, por influência dos movimentos de contestação às narrativas pessoalizadas e hegemônicas de figuras elitizadas, a substituição destas pelo destaque a trajetórias coletivas, cujas raízes de opressão e apagamento epistemológico ainda encontram-se vulneráveis na sociedade presente —, junto à informação de registro de audiência de cerca de 150 espectadores, vinculados a pelo menos 23 áreas distintas, dentre as quais destaca-se a heterogeneidade de um rol que compreende desde História,

⁶ Integraram a organização do evento os discentes: Andressa Vieira Almeida, Aryça de Lima Santos, Diego Camargo de Lima, Erika Dal Carobo Viana, Rafael Costa da Rosa, Richelle da Silva Costa e Sabrina Duarte Rodrigues.

Antropologia, Letras e Jornalismo a licenciaturas em Química e Matemática, bem como pesquisadores de pós-graduação em Relações Internacionais, Ciências Biológicas, Engenharias, Políticas Públicas e Filosofia — obtida via métricas do canal de *YouTube* do grupo paranaense —, avaliamos que a ocasião serviu à constituição de um ambiente digital de aproximação de pessoas de *backgrounds* variados às narrativas de formação dos feminismos latino-americanos. O vigor de tais correntes na atualidade, bem como a persistência de repressão política e de não garantia de direitos de plena emancipação humana, fazem dos temas selecionados para a abertura uma fenda de ligação para militantes, estudantes e pesquisadoras atuais conectarem-se a traços caros à memória feminista regional.

Tendo em vista que a proposta do Ciclo de Palestras foi abranger diversas frentes temáticas, não se restringindo à História, o segundo dia de palestras, mediado pelo PET História da África — UNIPAMPA, versou sobre a trajetória de mulheres negras na advocacia. Em um formato semelhante ao de roda de conversa, as juristas Karla Meura e Patrícia Oliveira comentaram sobre seus percursos profissionais, destacando a importância das questões de gênero e raciais estarem profundamente interligadas. A segunda convidada também é cofundadora da “Abayomi Juristas Negras”, uma coletiva de afroempreendedorismo social cuja missão é combater estrategicamente o racismo estrutural. A fim de atingir esse objetivo, tenta criar condições para que a população negra ocupe efetivamente espaços de poder e de saber, especialmente os órgãos ligados ao Sistema de Justiça Brasileiro, por meio da oferta, a baixo custo, de capacitação, aperfeiçoamento, empoderamento e treinamento (ABAYOMI, 2020, não p.).

O contato entre convidados externos à esfera acadêmica, já atuantes no mercado de trabalho, e o público que geralmente assiste aos eventos promovidos pelos PET — no caso do nosso grupo, estudantes — pôde fornecer uma rica troca de experiências, ainda mais por o tema envolver os eixos de gênero e raça, centrais às Ciências Humanas como um todo. Para grupos PET que desejam realizar uma atividade parecida, sugerimos convidados de áreas correlatas que não possuam, atualmente, relações restritas ao ambiente acadêmico. Caso seja possível tematizar questões

sociais, políticas ou culturais — como ocorreu aqui — o trabalho fica ainda mais completo, mobilizando a interdisciplinaridade — uma das categorias da Educação Tutorial — e dois aspectos da categoria 1.3.4 do MOB, a saber: “a discussão de temas éticos, sociopolíticos, científicos e culturais relevantes para o País e/ou para o exercício profissional e para a construção da cidadania” e:

o contato sistemático e o estabelecimento de uma rede de relações com a comunidade externa à IES; Esse contato deve promover a troca de conhecimentos e experiências em processos críticos e de mútua aprendizagem. Deve promover também o contato dos discentes com a realidade social em que o grupo, o curso e a IES estão inseridos, estimulando o desenvolvimento da consciência do papel do estudante/curso/IES perante a sociedade. (BRASIL, 2014, não p.).

Este último item também ocorreu no terceiro dia de palestras, que contou com a mediação do PET da UNIPAMPA e tratou do mulherismo africana, “uma forma de pensamento matriarcal afrocêntrico cunhado por Cleonora Hudson, em 1987” (NJERI, 2020, não p.), que trata de seus temas a partir de uma perspectiva pan-africana e diaspórica. As convidadas, Adriana Centeno e Andressa Moraes, enfatizaram em suas falas a questão familiar e da coletividade de um modo geral, assim como a importância da ancestralidade, sobretudo em um país como o Brasil, que na maioria das vezes não permite que as mulheres negras possam narrar suas histórias e suas origens por elas mesmas. Outro ponto fundamental é o de descentralizar o debate de uma perspectiva de ocidentalidade, algo que, conforme os palestrantes comentaram, é difícil dentro do mundo acadêmico, ainda muito pautado pela branquitude e pelo eurocentrismo. Tendo isso em vista, trazer o mulherismo africana para um evento do PET é uma escolha teórica e epistemológica, o que se relaciona diretamente às orientações didático-pedagógicas do PET na parte referente à formação ampla (item 1.3.1 c) por considerar que “a formação acadêmica está associada ao estabelecimento de valores e compromissos de diversas naturezas” (BRASIL, 2014, não p.). Por esse modo, o MOB lista alguns desses aspectos assumidos pelos PETianos, como o compromisso epistemológico, que consiste em definir quais conhecimentos são considerados relevantes para a formação.

Por fim, no último dia, procuramos nos debruçar sobre as trajetórias de mulheres trans e travestis no Brasil e contamos com a participação de Lins Roballo — mulher trans, negra e periférica, assistente social na cidade de São Borja (RS) e fundadora da ONG Girassol — e da Prof.^a Letícia Carolina Nascimento, travesti, negra e gorda, doutoranda em Educação pela Universidade Federal do Piauí e pesquisadora da área de Gênero e Educação. A transmissão foi conduzida como uma roda de conversa, dividida em blocos, nos quais abordou-se a importância de se estar em espaços de militância política — principalmente no que se refere às mulheres trans e travestis — e a inserção delas no mercado de trabalho, que tende a relegá-las a funções precarizadas. Além disso, foi tematizada a interseccionalidade — aspecto muito presente ao longo de todo o Ciclo — e como é importante incluí-la tanto nas análises quanto dentro do movimento social, pois, na prática, há uma união das opressões de gênero, sexualidade, classe e raça.

O tema é, em termos sociais, de extrema relevância — o acesso de pessoas trans e travestis às universidades ainda é restrito — e faz-se urgente: o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo e, de acordo com pesquisa da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), as mulheres trans e travestis negras são 80% dos casos de assassinatos contra pessoas trans no Brasil (DOSSIÊ, 2021, p. 45). Em relação ao PET, promover um evento com essa temática se enquadra no item g, de “Outros aspectos da Educação Tutorial” (BRASIL, 2014, não p.) do MOB: “a discussão de temas éticos, sociopolíticos, científicos e culturais relevantes para o País e/ou para o exercício profissional e para a construção da cidadania”. Mais do que isso, consta em dois objetivos específicos do programa: o que prevê contribuição “com a política de diversidade na instituição de ensino superior — IES, por meio de ações afirmativas em defesa da equidade socioeconômica, étnico-racial e de gênero” e o que instaura a colaboração “para que compromissos socioambientais e étnico-raciais estabeleçam como esse profissional tratará as relações raciais e de gênero e as questões ambientais e sociais” (BRASIL, 2014, não p.). Tendo em vista os diversos aspectos que um Ciclo de Palestras pode mobilizar — desde questões contemporâneas até objetivos específicos

do Programa de Educação Tutorial —, percebemos que esse tipo de atividade constitui-se como um método funcional para não só publicizar as atividades PETianas mas também promover e fortalecer o PET e seus pilares dialógicos e democráticos.

OFICINAS DE ENSINO DE HISTÓRIA: APROFUNDAMENTO DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS MULTIMÍDIA PARA A REALIZAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO HISTÓRICA CONCATENADAS À TRÍADE DO PROGRAMA

Cerca de quatro meses depois do encerramento do último Ciclo de Palestras, o grupo deu continuidade à utilização de meios digitais às vistas da difusão de conhecimentos e de discussões relacionados à área de História por meio da realização das Oficinas de Análise de Fonte. Implementadas em outubro de 2017, consistem em uma atividade que depende da articulação entre PETianos e docentes de Ensino Básico, sob o intuito de formação de parcerias para que os graduandos possam atuar nas escolas atendidas por aqueles professores, complementando, assim, a formação de estudantes dos ensinos Fundamental e Médio. Isso se dá por meio da proposição de espaços de contato com documentações de tipologias diversas, relacionadas a algum dos conteúdos da grade curricular da etapa a que se dirige a oficina, o qual deve apresentar congruência com as temáticas de pesquisa sobre as quais o grupo PET já tenha produzido análises. Desde suas edições iniciais, as Oficinas têm como uma de suas mais profícuas redes de contato para realização a professora Juliane Moraes, graduada em História pela Universidade Federal do Paraná e atuante no ensino de História das redes pública e privada do município de Campo Largo, região metropolitana de Curitiba (PR). A partir do interesse dela em explorar recursos midiáticos e visuais na composição de oficinas temáticas interdisciplinares, base estrutural da organização curricular da instituição para a qual convidou o grupo para atuar (Colégio SESI Campo Largo) e de uma vontade do PET História UFPR em diversificar suas ações no eixo de Educação, foram ministradas, ao longo dos anos de 2017, 2018 e 2019, quatro oficinas: com “Ruídos da Comunicação” (2017); “O apartheid e a relação com o reggae” e “Músicas e o movimento negro nos Estados Unidos” (2018); e “A guerra nas ruas de

Curitiba: A representação da Segunda Guerra Mundial a partir das charges de Alceu Chichorro (1939)”.

Em 2020, a retomada da atividade foi marcada por dois elementos — o primeiro referente à natural necessidade de transposição das dinâmicas das oficinas para ambientes virtuais, que deveria ser acompanhada de adaptações que não comprometessem as interações entre ministrantes e alunos, importantes ao diálogo reflexivo acerca dos materiais selecionados para análise; e o segundo, à busca por incorporação de conexões temáticas entre os conteúdos a serem trabalhados (história da população negra nos Estados Unidos; revoluções burguesas e as independências latino-americanas; discursos de guerra e imperialismo) e a promoção de momentos de debate acerca de problemáticas atuais e de permanências históricas. Para realizá-la, fizemos uso da plataforma *Microsoft Teams*, que permite interações dialogadas entre usuários inseridos em uma mesma sala virtual e a apresentação, via compartilhamento de telas, de materiais imagéticos e de leitura.

O primeiro dos conteúdos trabalhados pelo grupo esteve inserido na oficina *Black Lives Matter*, organizada a partir do reconhecimento da expressividade do movimento estadunidense enquanto ente de denúncia e combate do racismo sistêmico por parte dos docentes da instituição de ensino. Tendo em vista as proporções assumidas por ele, anteriormente citadas neste trabalho, bem como o horizonte de conteúdo relacionado à trajetória das mobilizações de afro-americanos pela conquista de direitos, previsto como parte integrante das unidades temáticas do ensino de História Contemporânea nos ciclos básicos, estruturamos a oficina com base no princípio de percepção das construções de linhas de influência entre o movimento dos Panteras Negras, peça chave no cenário de lutas sociais contra as violências e desigualdades antinegros dos Estados Unidos nas décadas de 1960 e 1970, e o *Black Lives Matter*, apresentado sob o aspecto de corpo de reivindicação contra desumanizações que prevalecem mesmo após a obtenção formal de direitos civis. Em um segundo momento, guiando-nos pelo intuito de exposição dos imbricamentos existentes entre os sistemas de discriminação racial estadunidense e brasileiro, como decorrência dos

processos diaspóricos da escravidão atlântica, dialogamos com os alunos acerca da história dos movimentos negros brasileiros, abarcando as perseguições sofridas pelo Movimento Negro Unificado nos anos ditatoriais, o processo de reivindicação política quando da elaboração da Constituinte e a institucionalização de práticas de genocídio contra a população negra no período pós-redemocratização, comentada como sintoma de tensionamento desse.

Para propiciar a percepção dos modos como os movimentos dos dois países expressavam-se e expressam-se culturalmente, fizemos uso de uma seleção de dez canções, compostas por artistas explicitamente vinculados aos Panteras Negras, ao Movimento por Direitos Civis, ao MNU e à geração de militância negra da década de 1990 no Brasil. Dada a dificuldade de propor, em uma sala virtual, momentos de trabalho em grupos menores, as análises foram efetuadas por meio da leitura conjunta de trechos das músicas, seguida da exibição de partes de performances dos artistas, para que elementos como entonação e ritmo também pudessem ser percebidos. Complementarmente, exibimos coletâneas das ações dos Panteras Negras, pedindo para que os discentes apontassem qual era a estética denotada pelo movimento, e de que modo ela se relacionava com seus discursos de defesa de ruptura com a sociedade instituída. Segundo pondera a pesquisadora Michele Rosa (2011, pp. 13-15), as iniciativas globais para progressiva digitalização de documentações e registros visuais integram um processo de expansão das possibilidades de itens a serem empregados na modalidade de “fonte histórica” iniciados com as correntes de crítica metodológica desenrolados na área de História ao longo do século XX. Ainda assim, ressalva, tais elementos permanecem ocupando certa posição marginal nas diretrizes de ensino da disciplina — até 2005, apenas 7% das integradas ao Programa Nacional do Livro Didático traziam a proposição de condutas procedimentais de ensino, isto é, ancorada no questionamento crítico de documentações (ROSA, 2011, pp. 17-18). Além disso, existiria uma barreira metodológica mesmo entre os docentes que priorizam documentações — a normatização da prática de incorporação desses itens no lugar de emanadores de narrativa dotada de verdade acerca de certo evento histórico,

sem direcionamentos de crítica documental, o que acarretaria lapsos de constituição de uma “consciência de historicidade do passado”, necessária à plena formação de sujeitos de direito imbuídos de agência cidadã transformadora (ROSA, 2011, pp. 20-22).

Também no campo das pesquisas sobre ensino de História, Kabengele Munanga define que, enquanto as narrativas tradicionais de passado invisibilizam tanto as trajetórias do continente africano, reduzido a estudos relativos ao período de imperialismo novecentista, quanto aquelas das presenças negras na formação do Brasil, atrelando-as ao princípio de “Democracia Racial” que oblitera as contínuas violências e políticas de Estado higienistas perpetradas contra os negros, são movimentos coletivos daquela população — conectados, em décadas anteriores, a algumas das formulações do movimento *black* estadunidense — que garantem que políticas básicas de reparação sejam aprovadas e que os discursos formadores do que seria a “identidade negra” brasileira sejam positivados através da retomada de produções intelectuais e culturais de figuras como Clóvis Moura, em rompimento com a colonialidade racializada rompante em escritos historiográficos e diante da relevância existencial de abarcamento das histórias negras pela disciplina (MUNANGA, 2015, pp. 21-29). Ao analisar os objetivos e experiências englobadas pela oficina proposta, colocamos sua realização enquanto formato propulsor do exercício de prerrogativas elementares do Programa de Educação Tutorial: para além de congregar a tríade de ensino, pesquisa — inserida na etapa de planejamento dos espaços — e extensão — definida pela efetiva constituição de redes externas à universidade (BRASIL, 2014, não p.) —, ela envolveu o aprofundamento e a disseminação de valores de inovação pedagógica (BRASIL, 2014, não p.) e de compromissos éticos relacionados às questões étnico-raciais (BRASIL, 2014, não p.), em um processo formativo mútuo dos graduandos responsáveis pela organização da oficina, e do público de educação básica que tomou parte dela.

A segunda oficina, ocorrida nos dias 18 e 25 de novembro, foi ministrada para as turmas de tema “Consumo... logo existo”, as quais, na História, trabalhavam com Iluminismo, Guerras Napoleônicas e

Independências na América Latina, ao mesmo tempo em que o consumo e o desenvolvimento sustentável eram temas gerais a todas as disciplinas. Tendo isso em vista, optamos por trabalhar com fontes que privilegiassem ou permitissem uma conexão com o presente. Os alunos foram divididos em quatro grupos e cada um ficou com um tema específico: consumo, independências — mais especificamente o projeto de Simon Bolívar —, independência da Bolívia e mineração de prata. Tratamos da relação econômica da América Latina com a Europa no período colonial, estabelecendo conexões com o presente nas dinâmicas financeiras que, atualmente, ocorrem entre o Norte e o Sul Global. A fim de se abarcar, ainda que tangencialmente, algumas noções de historiografia, tecemos uma explicação acerca de como a História é feita e o que pode ser utilizado ou não como fonte. Foi realizada pela plataforma *Pollev* — que permite que os alunos respondam algo e o professor acompanhe o resultado em tempo real — uma dinâmica com os mais diversos exemplos de fonte histórica, como Cinema, Fotografia e Literatura. Procuramos, com isso, ampliar a noção do que é um documento histórico, algo quase consolidado na academia, mas que ainda não atingiu o discurso dos livros didáticos. Para as análises que os alunos fizeram, procuramos aplicar a diversidade que eles haviam observado na dinâmica, de modo que cada tema trabalhou com uma tipologia de fonte: excertos literários, vídeos de monumentos, mapas e documentos escritos.

No dia 30 de novembro, ministramos a última oficina, proposta pela professora sob o título de “Fake news” e o seguinte desafio: “percebe-se que a comunicação é um elemento que transforma a sociedade e nossa atuação nela. Até que ponto é possível utilizar a amplitude dos diferentes meios de comunicação para produzir ou manipular um conhecimento?”, com a premissa orientadora de trabalho com Guerras Mundiais e Regimes Totalitários. O grupo, então, formulou a oficina sobre as notícias falsas, que trabalhou com o conceito antropológico do Outro, com o Orientalismo e com os chamados conceitos de segunda ordem como narrativa, interpretação e investigação histórica, para estimular também a autonomia e agência no combate à disseminação das mentiras. Mediante a pergunta problematizadora sobre quais momentos em que os estudantes remeteriam

às notícias falsas, foram brevemente analisadas fontes antigas, medievais e modernas para desconstruir sua atualidade. A partir da semelhança entre imagens produzidas sobre bruxas e mulheres tupi, estudada por Isabelle Anchieta (2018), trabalhamos o Outro através de análises de fonte sobre o imperialismo chinês e as eleições estadunidenses de 1866. Na sequência, a Primeira Guerra aparece enquanto terreno fértil para as notícias falsas por parte dos aliados, conforme Marc Bloch e sua obra *Reflexões de um historiador sobre as falsas notícias de guerra* (1921), e finalmente o tema dos cartazes da Segunda Guerra Mundial é abordado. Sua propaganda e discursos, bem como aqueles dos cartazes estadunidenses e soviéticos, foram analisados junto aos discentes, que, por sua vez, diferenciaram as propagandas das *fake news* a partir de seus mecanismos internos.

Ao longo da oficina, problematizaram-se também os estereótipos acerca do chamado “Oriente” e suas ligações com as intencionalidades geopolíticas do autoproclamado Ocidente. Os estudantes se interessaram e participaram bastante dessa etapa, contribuindo com exemplos. Produzidas e disseminadas para ecoarem com as emoções de quem as repete, as *fake news* também dependem dos preconceitos e de seu constante reforço. Assim, foram também analisados estereótipos da população negra na televisão brasileira e desenvolvida a análise, junto dos estudantes, de como eles contribuíram para a perpetuação de noções falsas acerca da história e do presente brasileiros. Posteriormente, uma etapa importante foi a de discutir o negacionismo e seu suposto cientificismo: analisamos cartazes da década de 1950 que já veiculavam discursos negacionistas, como os vistos hoje na internet, para reforçar as continuidades trabalhadas na aula.

Por fim, foi discutida a maneira de operação das *fake news* e a posição do Brasil em comparação com o mundo a partir da *International Fact Checking Network*, uma rede internacional de checagem de informações. Discutimos o papel de cada um de nós no processo de derrubada das *fake news* a partir dos algoritmos e de iniciativas como os *Sleeping Giants* para retomar a pergunta que abriu a oficina, junto de sua resposta. As *fake news* não têm origem certa, mas a mais antiga delas remete a Heródoto, quando

a definida *historie* funcionava como investigação e mecanismo contra a disseminação de notícias falsas.

Ao final da aula, os estudantes receberam, além de uma lista de indicações de materiais e canais de comunicação sobre História, a proposta de atividade formulada pelo grupo, que consistiu na análise de quatro fontes selecionadas: dois cartazes, um de propaganda nazista antissemita, outro estadunidense justificando a exclusão aos chineses; e dois tuítes, um do ex-presidente Donald Trump, outro do então ministro da educação Abraham Weintraub, ambos associando agressivamente o Coronavírus à China. Além de responder perguntas sobre cada uma das fontes, os estudantes analisaram e articularam, a partir delas e da oficina ministrada, a semelhança entre propaganda e *fake news* e sua forma de construção e funcionamento em prol de discursos ideológicos, políticos e econômicos.

Assim, através das oficinas foram exercitadas as dimensões de ensino e pesquisa características do grupo. Ao revisitarmos as pesquisas já produzidas pelo grupo para montar as oficinas de análise de fonte e cumprir com os objetivos didáticos objetivados pela professora, expandimos os horizontes para temáticas com que tomamos contato na universidade. Os projetos pedagógicos que orientaram as práticas também estão em consonância com os objetivos do grupo, definidos entre eles como a articulação das necessidades educativas e produtivas da educação profissional. Conjugando atividades para apoio à educação básica, concatenamos os pilares do grupo em torno das necessidades do colégio SESI, em um aprofundamento das parcerias anuais, modelo de trabalho que se mostra uma frente altamente favorável de propulsão do alcance social e da diversificação das atividades PETianas.

MINICURSO DE HISTÓRIA ECONÔMICA: O PET COMO VETOR DE AMPLIAÇÃO DE REPERTÓRIOS FORMATIVOS POR MEIO DA CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE HISTORICIDADE CRÍTICA

Ofertado em 25 de novembro e 01 de dezembro, o Minicurso de História Econômica foi uma atividade já concebida para o formato online, realizada no final do primeiro ano pandêmico. Fruto da carência amplamente

discutida nos espaços acadêmicos quanto à temática e às metodologias da História Econômica, o evento surgiu da ideia de instrumentalização dos procedimentos da área — que foi também tema de pesquisa de um dos eixos definidos para o projeto coletivo *Mundos do Trabalho*⁷. Representando uma atividade de ensino e extensão, ao mesmo tempo em que se insere na perspectiva da pesquisa do grupo, o minicurso foi planejado para contemplar quatro exposições de pesquisadores, à frequência de uma por noite de evento. Entretanto, dois deles não puderam comparecer em virtude da sua carga de afazeres. Ainda assim, o minicurso agregou mais de cem visualizações em cada aula no momento das transmissões.

O evento procurou atender alguns dos objetivos propostos no Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial dispostos no item 1.3.3, que diz respeito ao trabalho coletivo, à indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão e à promoção da interdisciplinaridade, dado o fato de que a ocorrência do minicurso buscou a interlocução entre o debate histórico e o debate científico de cunho econômico (BRASIL, 2014, não p.). Vale ressaltar também a dimensão da História Pública do evento, articulado com o que se pode denominar História Digital. Segundo Almeida e Rovai (2013, p. 1), a História Pública é definida como a prática de difusão do conhecimento histórico para audiências além da acadêmica e da escolar, utilizando para isso diversos veículos midiáticos como televisão, radiodifusão e a própria *internet*. Optou-se pela modalidade digital em consciência à situação em que a pandemia se encontrava no país. Além disso, o formato já estava em uso e aprimoramento pelo grupo desde o início do período de suspensão do calendário acadêmico; tendo demonstrado, conforme mencionado nas seções anteriores, maior alcance em comparação com os eventos presenciais. Nesse sentido, a vantagem da difusão virtual do evento foi o comparecimento de indivíduos que atuam fora da academia e mesmo fora da esfera de influência regional da Universidade Federal do Paraná, estendendo a participação para todo o território nacional. Segundo as

⁷ PET História UFPR. Pesquisa coletiva anual de 2020: Projeto Mundos do Trabalho.

Disponível em:

<https://docs.google.com/document/d/1uG1d0ISbzc1BxmReo2IZ7T_nCwCGV3QgUIC_bPIPAE/edit?usp=sharing>.

estatísticas de confirmação de presença de ouvintes, havia pessoas de dezoito entes federativos, com expressiva participação de espectadores da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Santa Catarina. Os próprios convites, graças a esse formato, puderam ser endereçados a pesquisadores de outras universidades do país.

Ainda que o meio digital proporcione um evento de extensão para uma audiência mais ampla e não acadêmica, o campo da História Pública não trata apenas de promover visibilidade às discussões acadêmicas. Costa (2015, p. 159) ressalta a importância da reestruturação e recontextualização didática do conhecimento histórico, exigindo um olhar mais crítico tanto para quem produz e dissemina o conhecimento histórico quanto para os receptores. É possível dizer que houve tal preocupação. Ambos os pesquisadores, Everaldo de Oliveira Andrade (USP) e Demian Castro (UFPR), disponibilizaram o material apresentado e as bibliografias aos ouvintes do evento. Esses itens forneceram dados bem fundamentados e contextualizados, de forma que, caso alguns dos ouvintes apresentassem interesse em estudar e pesquisar sobre as discussões expostas, já possuiriam materiais para fazê-lo. Ademais, suas linguagem e aproximação eram distintas das empregadas em apresentações acadêmicas de suas pesquisas, havendo ampla disposição deles para, por exemplo, sanar dúvidas sobre metodologia ou fazer comentários acerca da área e da própria conjuntura econômica.

Assim, a História Econômica, embora sem deixar de mobilizar termos técnicos e muitas vezes desconhecidos ao público leigo, foi apresentada pelos palestrantes compreensível e didaticamente aos diversos públicos participantes. O interesse em realizar um evento sobre essa vertente de estudos para a comunidade acadêmica e externa partiu dos alunos, cujos currículos, apresentados pelas Resoluções 12/11, 53/15, 01/18 e 13/18 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) — que regulamentam as grades dos cursos de História Licenciatura/Bacharelado, tanto em seu formato antigo de dupla diplomação quanto no formato atual, e de História Memória e Imagem, — não determinam uma disciplina obrigatória focada na ambientação aos estudos histórico-econômicos. A partir da promoção do

minicurso e do seu engajamento entre os graduandos e graduados da Universidade Federal do Paraná, foi reforçado o papel do Programa de Educação Tutorial enquanto agente fundamental na qualificação da graduação. Conforme dispõe o Artigo 2º da Portaria n.º 976, de 27 de julho de 2010, os grupos PET têm por objetivos, entre outros, contribuir para a elevação da qualidade da formação acadêmica dos alunos de graduação, estimular a formação de profissionais e docentes de elevada qualificação técnica, científica, tecnológica e acadêmica, além de formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país. De maneira indireta, a promoção dos eventos online como o minicurso também corrobora o objetivo sétimo do mesmo documento, que diz respeito à contribuição para a consolidação e difusão da educação tutorial como prática de formação na graduação.

Os debates empreendidos ao longo dos dois dias propiciaram historicizar as análises econômicas e demonstrar como as duas áreas podem convergir. Bergier (1966, pp. 436-437) destaca a importância de tal interdisciplinaridade quando afirma que:

É necessário explicá-los [os feitos] mediante uma metodologia, uma interpretação apropriada que requer não somente toda nossa inteligência, mas também vastos conhecimentos em todos os domínios, técnicas que são de outras ciências com as quais a história econômica deve trabalhar em estreita relação (Tradução livre)⁸.

Ademais, buscou-se humanizar a história econômica focando não apenas em dados quantitativos, mas nas relações interpessoais que ocorriam entre os indivíduos envolvidos nos processos econômicos citados. Tanto na apresentação do professor Demian Castro, intitulada "Elites internacionais: capitais em movimento na globalização", quanto na exposição do professor Everaldo Andrade — "Planificação econômica e socialismo no século XX" — trabalhou-se de maneira qualitativa; buscou-se discutir, além de todo o contexto estrutural, a subjetividade dos grupos relacionados aos processos

⁸ Trecho original: "Es necesario explicarlos [los hechos] mediante una metodología, una interpretación apropiada que requiere no sólo toda nuestra inteligencia sino también vastos conocimientos en todos los dominios, técnicas que son las de otras ciencias con las cuales la historia económica debe trabajar en estrecha relación".

em questão e a maneira como os dados quantitativos se relacionavam a tais individualidades e coletividades. Fragoso (2002, p. 4) aponta que tal perspectiva humanizada da historiografia de abordagem econômica se deu a partir das críticas feitas pelos micro-historiadores italianos, impactando positivamente e incentivando a relação entre as análises das dimensões social e econômica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da retomada de atividades disposta acima, procuramos salientar as concatenações existentes entre os princípios que regem o Programa de Educação Tutorial — seja em suas normativas voltadas ao ambiente intrauniversitário, seja naquelas que contemplam expectativa de interação e de contribuição para com o cotidiano social externo às instituições de ensino superior — e as discussões e processos críticos gestados no campo das ciências históricas. Fizemos uso de explicações acerca de algumas das metodologias que embasaram o planejamento das diferentes atividades sob o intuito de delimitar o modo pelo qual a conjuntura de mandatoriedade de adesão dos ambientes virtuais e dos aportes tecnológicos, pela eclosão da pandemia de COVID-19 no ano de 2020 e pelas restrições sanitárias dela decorrentes, levou o grupo PET História UFPR a se inserir em horizontes mais amplos de produção de conhecimento histórico. As características do Programa, de numerosa e diversificada extensão nacional, de subsídio — embora há muito defasado — de bolsas para graduandos, e de incentivo à articulação de debates sólidos sobre as possibilidades de inovação de práticas da Tríade Universitária e de interação com as estruturas sociais correntes conformam as vigas que sustentaram os projetos concebidos. Acusamos, com isso, o papel elementar do Programa para a área de Ciências Humanas, as quais, em um momento de extrema fragilização e descrédito em seu estatuto de valorização como produtoras de conhecimentos válidos, obtêm nele meios para trilhar rotas inovativas, conforme exemplificado por meio das teorizações sobre a participação do grupo em ações de História Pública.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAI, Marta Gouveia. História pública: entre as “políticas públicas” e os “públicos da história”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. **Anais**. Natal: ANPUH, 2013.

ABAYOMI Juristas Negras, 2020. **Site oficial da coletiva Abayomi Juristas Negras**. Disponível em: <https://www.abayomijuristasnegras.com.br/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BERGIER, Jean François. Historia Económica y Ciencia Económica. **Desarrollo Económico**. Buenos Aires, V. 5, N. 20, p. 435-447, Janeiro - Março, 1966.

BRASIL. Ministério da Educação. **Apresentação – PET**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pet>. Acesso em: 29 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 11.180 de 23 de setembro de 2005. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 23 set. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Minuta do Manual de Orientações Básicas do Programa de Educação Tutorial – PET (2014)**. Disponível em: <https://cenapet.files.wordpress.com>. Acesso em: 26 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Nº 976, de 27 de julho de 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, N. 212, 31 out. 2010. Seção 1, p. 40.

CEPE UFPR. Fixa o currículo pleno do Curso de História - Diurno, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Resolução n. 12/11, de 25 de fevereiro de 2011. **Lex: Atas do CEPE**, Curitiba, 2011.

_____. Fixa o Currículo Pleno do Curso de Bacharelado em História, Memória e Imagem, do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Resolução n. 53/15, de 13 de novembro de 2015. **Lex: Atas do CEPE**, Curitiba, 2015.

_____. Fixa o Currículo Pleno do Curso de História - Licenciatura do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Resolução n. 01/18, de 23 de fevereiro de 2018. **Lex: Atas do CEPE**, Curitiba, 2018.

_____. Fixa o Currículo Pleno do Curso de História - Bacharelado do Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Resolução n. 13/18, de 23 de fevereiro de 2018. **Lex: Atas do CEPE**, Curitiba, 2018.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Vocação política e voca o científica na universidade. In: _____. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001. p. 115 - 134.

COSTA, Marcella Albaine da. **Revista Mosaico**, Goiânia, V. 8, N. 2, p. 155 - 163, Julho - Dezembro, 2015.

DOSSIÊ: assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. BENEVIDES, Bruna G. NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim (orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

DREBES, Laila Mayara et al. A Dinâmica do Programa de Educação Tutorial (PET). **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, V. 8, N. 15, p. 2334 - 2351, 2012.

FRAGOSO, João. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, V. 1, N. 29, p. 3 - 28, Outubro, 2002.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

MELLO, Kátia. "As pessoas querem ser escutadas", diz Cherizar Crippen, líder do Black Lives Matter. **Portal Geledés**. São Paulo, 14 jun. 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/>. Acesso em: 31 mar. 2021.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, N. 62, p. 20-31, Dezembro, 2015.

NJERI, Aza. Vamos falar sobre Mulherismo Africana? **Alma Preta**, 28 jan. 2020. Disponível em: <https://almapreta.com/sessao/quilombo/vamos-falar-sobre-mulherismo-africana>. Acesso em: 30 mar. 2021.

PET História da África. **UNIPAMPA**, 2014. Disponível em: <http://cursos.unipampa.edu.br/>. Acesso: 29 mar. 2021.

ROSA, Michele Rossoni. Educação Histórica, Fontes Históricas e Novas Tecnologias: Descompassos e Possibilidades. **ÀGORA**, Porto Alegre, Ano 2, p. 13-24, Julho - Dezembro, 2011.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, V. 10, N. 23, p. 286 - 309, Janeiro - Março, 2018.

Recebido em: 1 de abril de 2021.

Publicado em: 31 de outubro de 2021.